REGIÃO METROPOLITANA
SALVADOR
salvador@grupoatarde.com.br

APREENSÃO Caminhão com mais de 2 mil litros de cerveja é apreendido
www.atarde.com.br

MOBILIDADE Médicos e urbanistas afirmam que queda em calçada é questão de saúde pública; tombo pode custar, em média, R$ 2.500 aos cofres públicos

Sem manutenção, calçadas trazem riscos aos pedestres

MURILO MELO
A TARDE BA

Andar pelas calçadas de Salvador diariamente é uma tarefa árdua para os quase dois milhões de pedestres que caminham todos os dias pelas vias da cidade. Os que deixam de lado o carro, a motocicleta e o ônibus, os chamados sem-motor, enfrentam empecilhos como calçadas com apenas meio metro, esburacadas, pisos quebrados, pedras soltas, sujas, com rampas improvisadas, esgotos abertos, piquetes, cordinhas e sem acessibilidade para deficientes. Quem titubear pode levar um tombo, que, não raro, acaba no hospital.

Com um olhar para esses problemas, A TARDE percorreu as ruas da capital baiana e percebeu que, apesar da prefeitura ter endurecido a lei e aplicado multas a cidadãos que não conservam ou não padronizam as calçadas em frente à porta, a degradação continua mesmo após quatro anos da implementação do programa Eu curto meu passeio, na gestão ACM Neto (DEM).

Foto: Margarida Neide / Ag. A TARDE

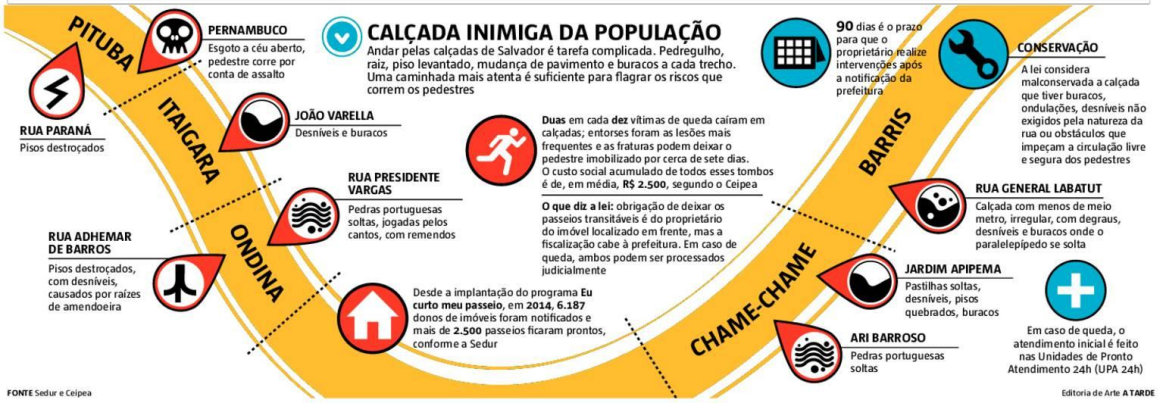
Desníveis, buracos e pedras soltas são alguns do problemas nas calçadas

Sem Manutenção

Vez em quando, a vendedora Eduarda Pondé, 26, desaba no chão ao correr na rua Paraná, na Pituba, onde mora. Já levou cerca de cinco tombos desde o começo deste ano, quando começou a se exercitar. O último e mais grave ocorreu em março: tropeçou em uma calçada destroçada pela raiz de uma árvore, ralou as mãos, sofreu estiramento muscular na perna esquerda, alguns dedos dos pés ficaram roxos, e passou uma semana com dores, afastada das atividades físicas e do trabalho. "Não é possível nem caminhar porque as raízes das amendoeiras destruíram as calçadas e ninguém dá jeito", diz. "Tentei seguir algumas vezes pelo meio da rua, mas desisti por medo de ser atropelada". As condições dos passeios obrigaram Eduarda a mudar de hábito. "Cansei das calçadas, são ruins demais; pedregulho, raiz, piso levantado, mudança de pavimento, tem de tudo", afirma.

Perto dali, na rua Pernambuco, um esgoto sem tampa, na porta de uma lanchonete, anuncia riscos. "Meu medo é passar à noite e cair, já que a rua é deserta e a gente anda rápido por causa dos assaltos", garante a babá, Tabares Santos, 29. Na rua João Varella, no Itaigara, buracos e desníveis servem como prato cheio para quedas de vários estudantes de uma escola local. A mais nova vítima dessa armadilha foi Carol Garibalde, 16. "Virou rotina. Alguém sempre cai. Outro dia saindo do carro, não vi o buraco e, quando me dei conta, já tinha tropeçado", conta.

Frequentemente, a turismóloga Paloma Meira, 39, passa sufoco para atravessar a Adhemar de Barros e chegar à avenida Oceânica. O local, que não tem ciclovia, obriga Paloma a arrastar a bicicleta até a Orla, o que dificulta a caminhada, já que, a qualquer momento, pedras desniveladas podem derrubá-la. "Sem ciclovia, fico vulnerável aos carros. Quase levei um tombo ali na frente por conta disso", diz. Em trechos das ruas Ari Barroso, no Chame-Chame; e na Presidente Vargas, em Ondina, há muita pedra portuguesa solta; outras, jogadas pelos cantos. Trechos remendados com cimento na lateral dos calçamentos ganham ares de "puxadinho". Há, também, buracos com entulho. Na rua General Labatut, nos Barris, o calçamento não chega a meio metro. Buracos onde o paralelepípedo se solta, obrigam o pedestre a olhar sempre para o chão. Passar com um cadeirante é uma tarefa bastante complicada. Que o diga a advogada Célia Moura, 42. Ela, que recentemente se mudou com a pequena Cecília, filha paraplégica de sete anos, já pensa em colocar o apartamento à venda. "Tenho medo da cadeira ficar presa em alguma pedra e ela cair. A acessibilidade parece ter sido esquecida pelo poder público", afirma.



Entorses são lesões mais frequentes, diz hospital

De acordo com médicos e urbanistas, os problemas que calçadas danificadas podem causar é uma questão de saúde pública. Os tombos cobram um preço alto tanto ao pedestre quanto ao sistema de saúde.

Dados do Hospital das Clínicas de São Paulo, apontam que, nos últimos seis meses, duas em cada dez vítimas de quedas caíram em calçadas, tiveram como lesão mais frequente as entorses. Além disso, as fraturas podem deixar o pedestre imobilizado por cerca de sete dias. "São pessoas que, por exemplo, prendem os pés num bueiro ou buraco, que não veem os desníveis das ruas", explica o ortopedista Ruan Andrade.

O custo social acumulado de todos esses tombos, segundo o Centro de Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ceipea), é de, em média, R$ 2.500. Estão incluídos nesse cálculo despesas com resgate, atendimento médico e hospitalar, além dos prejuízos com a perda de produção devido a afastamentos do trabalho.

Segundo o Ceipea, o custo social de quem cai nas calçadas brasileiras é de R$ 2.500

Chame-Chame tem calçadas com pedras portuguesas soltas

Problema antigo

A falta de cuidado com o passeio público vem de décadas, na opinião do urbanista Cláudio Lima, do projeto Cidade Sustentável. Para ele, só agora, depois de muitos prejuízos nas calçadas, o poder público resolveu começar a tomar algumas medidas. "Se esse problema fosse visto como prioridade em gestões anteriores, hoje teríamos uma cidade mais preparada para o pedestre. Mas, durante muito tempo, priorizou-se o asfaltamento para carros". Ele analisa que, na capital baiana, a prefeitura não parece preocupada em fiscalizar as calçadas, que são de responsabilidade dos donos de imóveis. "A Garibaldi, por exemplo, foi recentemente asfaltada para os automóveis, mas o calçamento continua esburacado. Existe um desencontro na mobilidade", diz.

Prefeitura realiza fiscalização diariamente

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) afirmou que segue notificando os proprietários dos imóveis que não cuidam dos passeios.

A secretária afirmou que estruturou um amplo plano de recuperação das calçadas e que notifica, todos os dias, os proprietários de passeios para fazer a requalificação de acordo com o modelo estabelecido, com foco na acessibilidade.

Ao todo, segundo a Sedur, desde a implantação do programa Eu curto meu passeio, em 2014, 6.187 donos de imóveis foram notificados e mais de dois mil e quinhentos passeios ficaram prontos. A Sedur pontua que as intervenções devem ser realizadas em até 90 dias após a notificação. Em caso de descumprimento, a prefeitura assume a execução do reparo e envia posteriormente os custos ao proprietário, acrescidos de 30% de multa sob o valor gasto com material e mão de obra.

Quanto aos trechos com calçadas problemáticas, apontados pela reportagem, a Sedur afirma que vai mandar uma equipe apurar os casos. Só não sabe informar quando a vistoria começa, tampouco quando os calçamentos estarão prontos.

Indenização

Quedas em calçadas são consideradas como acidentes de consumo, de acordo com a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste). Em caso de acidente, tanto a prefeitura quanto o dono do imóvel podem ser processados pela vítima.

Segundo a advogada Lívia Coelho, quando um serviço prestado, no caso a conservação das vias, falha e provoca danos às pessoas, o responsável deve ser acionado. "Pela lei, a obrigação de deixar os passeios transitáveis é do proprietário do imóvel localizado em frente, mas a fiscalização cabe à prefeitura", afirma.